

A FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DE UM GRUPO DE PESQUISA

Bárbara Rebecca Baumgartem França – (UFES)¹
Mariangela Lima de Almeida – (UFES)²
Alexsandra Polini de Jesus da Gama – (UFES)³
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES)

Eixo temático 5: Formação de Professores

RESUMO

A ascensão da institucionalização de políticas públicas educacionais inclusivas, resultou no aumento de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial na escola regular, tornando demanda formar profissionais capazes de garantir a inclusão destes estudantes. A pergunta que orienta a investigação consiste em: que tipo de conhecimento o Grupo de Pesquisa Formação, Pesquisa-ação e Gestão em Educação Especial (Grufopees-CNPq/Ufes) tem produzido na área de Educação Especial e Formação Continuada fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa-ação colaborativo-crítica? Assim, objetiva mapear a produção científica do Grufopees-CNPq/Ufes, sobre formação continuada na perspectiva da inclusão escolar e pesquisa-ação colaborativo-crítica, no período de 2013-2021. Por meio da pesquisa qualitativa bibliográfica do tipo estado da arte, mapeia os artigos publicados em periódicos e os trabalhos completos publicados em anais de congressos, enfatizando o volume produzido ao longo dos anos, os participantes envolvidos e as principais temáticas abordadas. Por meio do instrumento de leitura denominado “ficha de resumo”, os dados puderam ser analisados, a luz da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas, fundamentados a partir do conceito de *discurso e argumento*, expresso pelos sujeitos, autores das pesquisas. De modo geral, esses estudos vêm contribuindo para o campo da formação continuada na perspectiva inclusiva, fundamentados em concepções da pesquisa-ação colaborativo-crítica, revelando possibilidades do trabalho conjunto, a reflexão entre teoria e prática como forma de ressignificar os papéis exercidos entre o campo da escola e a universidade, fortalecendo formação crítica na construção de conhecimentos com o outro. Assim o incentivo a grupos de pesquisa é necessário no sentido de que estes constituem-se enquanto espaços de fortalecimento da formação docente construída de forma crítica.

PALAVRAS-CHAVE: mapeamento da produção científica; grupo de pesquisa; educação especial; formação continuada; pesquisa-ação colaborativo-crítica.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (CCHN - UFES). E-mail: barbarabrbf@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (CE- PPGE - UFES). E-mail: mlalmeida.ufes@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (CE - UFES). E-mail: alexsandrapolini@gmail.com

INTRODUÇÃO

São históricas as lutas pela inclusão e ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência, no qual o acesso e garantia à educação tem sido ameaçada pelo sistema neoliberal capitalista. Ao longo dos séculos XX e XXI, o acesso a uma educação destes sujeitos, ocorreu a partir de movimentos internacionais voltados em estabelecer a educação como um direito de todos (UNESCO, 1994).

No caso do Brasil, a institucionalização de políticas públicas voltadas para o público-alvo da educação especial, se expressou com a Política Nacional de Educação Especial de 1994, na concepção da Educação Especial transversal sobre diferentes níveis de ensino, entretanto responsabilizando e relegando esta educação, às instituições privadas filantrópicas (PLETSCH; SOUZA, 2021).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394 (BRASIL, 1996), buscou garantir a Educação Especial e o atendimento especializado pelos sistemas de ensino das escolas regulares, aumentando as demandas formativas dos profissionais da educação pautadas na inclusão dos estudantes das salas de aula comum do ensino regular. Porém, foi com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEI-EI), de 2008, que os sujeitos público-alvo foram melhor definidos, sendo considerado as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Com a política, a formação passa a se tornar um elemento primordial no campo da escola, em que os profissionais são agentes promotores de inclusão e aprendizagem dos estudantes público-alvo (BRASIL, 2008). Sendo necessário também garantir essencialmente a estas pessoas, a inclusão e cidadania para que possam exercer enquanto sujeitos de direito, buscando promover sua ampla participação na Sociedade (BRASIL, 2015)

Apesar dos avanços, nos últimos anos o setor público tem enfrentado desmonte, resultante de sucessivos cortes orçamentários e favorecimento da privatização/mercantilização do ensino público. No caso na Educação Especial, durante a pandemia da Covid-19 em 2020, durante o governo de Jair Messias

Bolsonaro, foi instituída por meio do Decreto 10.502 (BRASIL, 2020a)⁴ a “Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e ao longo da vida”. Como resultado, expressou a prioridade ao atendimento educacional em instituições especializadas deficiência, reforçando o caráter de segregação.

No mesmo ano, foram dispostas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica que instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) (BRASIL, 2020b), que contribuiu para reforçar a fragmentação do trabalho docente, reduzindo-o a instrumento de reprodução, relegado a prática. Estes avanços de mercantilização, tem sido articulado desde a década de 1990, marcada pela oferta de cursos para formação continuada em instituições privadas, afastando os profissionais docentes dos conhecimentos teóricos, críticos e reflexivos (SANTOS; SILVA, 2017).

Como um todo, este movimento tem refletido no engessamento do campo educacional sobretudo no aspecto tecnicista e praticista de conceber a formação, onde o conhecimento se adquire de forma prática, distanciando a universidade da escola (NÓVOA, 2017). Assim, pensar a formação inicial e continuada numa perspectiva inclusiva, exigem-nos que os processos formativos se organizem sob bases teóricas nos diferentes processos educativos, colaborando para construir práticas democráticas e inclusivas nos espaços escolares (BENTO; CAETANO; SILVA, 2016; JESUS; PANTALEÃO; ALMEIDA, 2015).

Estudos indicam a necessidade de se debruçar sobre o conhecimento produzido, tendo em vista inconsistências metodológicas, interpretações e referencial teórico, percebe-se que o comprometendo a confiabilidade dos resultados (GATTI, 2005). Assim, os grupos de pesquisa tem atuado como espaços de encontro de diferentes saberes vividos, proporcionando a elaboração do conhecimento entre os pares de forma coletiva, espaços para efetivação da formação.

Nos últimos 9 anos, o Grupo de Pesquisa Formação, Pesquisa-ação e Gestão em Educação Especial (Grufopees-CNPq/Ufes) tem construído projetos de pesquisa e

⁴ Atualmente suspenso pela Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 6.590, mas ainda disponível nas plataformas virtuais do MEC.

extensão na Educação Especial sob perspectiva inclusiva, apostando na construção de conhecimentos a partir do prisma epistemológico do Agir Comunicativo de Habermas (2012), e motivado pelos fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa-ação colaborativo-crítica. Tendo em vista o período de existência do grupo, indaga-se: qual é o volume de produções entre os anos de 2013-2021? Quais as principais temáticas dos artigos publicados em periódicos e os trabalhos completos publicados em anais de congressos? Com quem se propõem?

Considerando que a pesquisa-ação colaborativa tem crescido no Brasil entre 2012 e 2014 na área de Educação Especial (SOUZA; MENDES, 2017), questiona-se: que tipo de conhecimento o Grufopees-CNPq/Ufes tem produzido na área de Educação Especial e Formação Continuada fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa-ação colaborativo-crítica? Para isso, tem-se como objetivo neste artigo, mapear a produção científica do Grufopees-CNPq/Ufes, sobre formação continuada na perspectiva da inclusão escolar e pesquisa-ação colaborativo-crítica, no período de 2013-2021.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Fundamenta-se os processos de pesquisa com base na teoria social crítica de Jurgen Habermas (2012), ao conceber a construção do conhecimento a partir do diálogo com o outro. Para o autor, os processos comunicativos se expressam por meio de argumentos que compõem os discursos dos sujeitos de uma comunidade, onde,

[...] tematizam pretensões de validade controversas e procuram resolvê-las ou criticá-las com argumentos. [...] A força de um argumento mede-se, em dado contexto, pela acuidade das razões; esta se revela, entre outras coisas, pelo fato de o argumento convencer ou não os participantes de um discurso, ou seja, de o argumento ser capaz de motiva-los, ou não [...] (HABERMAS, 2012, p. 48).

De todo modo, advoga-se pela construção do conhecimento, fundamentado na racionalidade comunicativa compreendida em sua dimensão processual na medida em que falantes e ouvintes buscam entender-se sobre o mundo objetivo, social e subjetivo, intencionando movimentos livres de coerções sobre as ações voltadas à superação pela via de consensos sociais provisórios.

Busca-se por meio do estudo qualitativo e bibliográfico (LIMA, MIOTO, 2007) realizar um mapeamento do tipo “estado da arte”, podendo aprofundar as categorias e

diferentes análises, realizar um apanhado geral de resultados, avanços e possíveis lacunas das produções. Mais que a leitura de resumos, este estudo permite aprofundar os textos, viabilizando “contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais” (ROMANOWSKY; ENS, 2006, p. 39).

Para acessar as produções, recorreu-se ao Banco de Teses e Dissertações do Portal Capes, ao repositório do Centro de Educação da universidade onde o grupo se localiza. Bem como o site oficial do grupo, os programas de pós-graduação, *site Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), e Currículos Lattes da orientadora e líder do grupo de pesquisa e dos integrantes do grupo neste percurso e colaboradores das pesquisas.

Segundo levantamento, até 15 de março de 2022, as pesquisas desde o surgimento do grupo em 2013, totalizam **229 produções** em diferentes categorias, conforme Tabela a seguir:

Tabela 1- Relação da produção do grupo de pesquisa (2013-2021)

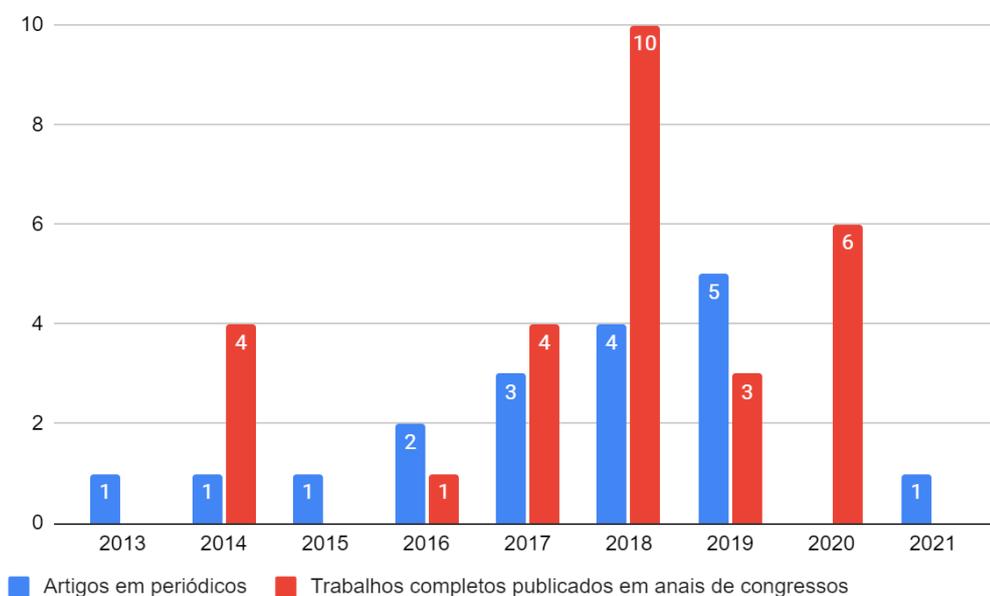
Categoria	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Artigos em periódicos	1	3	7	2	4	4	5	1	2	29
Capítulos de livros	2	1	1	2	5	7	1	6	5	30
Dissertações						1	3	1	3	8
Livros publicados				1	1	1	1		1	5
Relatórios de Iniciação Científica	1	6	5	5	4	3	2	2		28
Resumos expandidos publicados em anais de congressos	1	1	1	1	11	2	2		2	21
Resumos publicados em anais de congressos			1	1	2	13	13			30
TCCs	1	1	1	1	2	1			1	8
Trabalhos completos publicados em anais de congressos	4	13	5	11	10	13	4	9	1	70
Total	10	24	21	24	39	45	31	20	15	229

Fonte: Levantado pelas autoras.

Dado o objetivo deste trabalho, buscaram-se os artigos publicados em periódicos e os trabalhos completos publicados em anais de congressos, disponíveis virtualmente. Assim, procurou-se organizar os dados da produção encontrada, seguindo a ordem: autor/es, título, local de publicação e ano.

Conforme a Tabela 1 das 99 produções levantadas (artigos publicados em periódicos e os trabalhos completos publicados em anais de congressos), somente 46 foram encontradas online, totalizando assim dezoito (18) artigos publicados em periódicos e vinte e oito (28) trabalhos completos publicados em anais de congressos.

Gráfico 1- Volume de trabalhos completos publicados em anais de congresso e artigos em periódicos *on-line* (2013-2021)



Fonte: Produzido pelas autoras.

Desse quantitativo selecionado, realizou-se o primeiro momento de leitura e registro dos dados no instrumento de leitura “ficha de resumo” (MESSINA, 1999).

Quadro 1- Ficha de Resumo

Autor/es:
Ano:
Título:
Local de publicação:
Tipo de documento bibliográfico:

Resumo	
Temática principal	
Objetivo/ problema de pesquisa	
Participantes	

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da “ficha de resumo” do estudo de Messina (1999).

No instrumento, procurou-se captar uma configuração das produções científicas visando enfatizar o volume produzido ao longo dos anos, os participantes, e as principais temáticas abordadas. Para um melhor aprofundamento, procurou-se dialogar e analisar os dados mapeados, sob a luz da teoria do Agir comunicativo de Jürgen Habermas, evidenciando o *discurso*, expresso pelos argumentos dos textos escritos, buscando reconhecer possíveis acordos e entendimentos empreendidos ao longo dos processos de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando os autores, títulos, resumos, locais de publicações, identifica-se os **participantes das pesquisas**, provenientes de dois campos institucionais. Assim, os grupos, foram organizados de acordo com o campo educacional de atuação.

Quadro 2- Participantes das pesquisas e respectivos campos de atuação

CAMPO	PARTICIPANTES
ESCOLA	Pedagogos; diretores; gestores públicos municipais e estaduais de Educação Especial; professores regentes de turma; professores de atendimento educacional especializado (AEE); professores especialistas; profissionais de apoio à inclusão, denominados cuidadores; técnicos de secretaria de educação; equipe de educação especial do Centro de Referência de Educação Inclusiva (CREI).
UNIVERSIDADE	Mestrandos; doutorandos; graduandos; professores da pós-graduação.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Sendo a perspectiva teórico-metodológica do grupo em foco a pesquisa-ação colaborativo-crítica, essa fundamenta a maioria das pesquisas encontradas. Para Habermas (2012), um processo comunicativo exige a participação do outro, e seu assentimento sobre uma decisão coletiva, sendo efetiva a capacidade comunicativa de ampliar em uma comunidade “[...] o espaço de ação estratégica para a

coordenação não coativa de ações e a superação consensual de conflitos de ação” (p. 43).

É pela via dos grupos, que se retoma o resgate pela aproximação entre os campos da universidade e da escola, concebendo os profissionais da educação enquanto atores e autores da produção de conhecimento. Apesar da distinção entre as atuações e implicações entre os campos evidenciados, seus propósitos revelam e reforçam o compromisso social, político e ético com a educação (ZEICHNER, 1998).

A partir disso, considera-se **as principais temáticas** investigadas nas produções, procurando evidenciar como as temáticas se orientam a partir do campo de conhecimento exposto. Fundamentado na pesquisa-ação colaborativo-crítica e na racionalidade comunicativa de Habermas (2012), o grupo de pesquisa, procura elaborar conhecimentos com os diferentes participantes apontados. Assim, por meio da leitura, identificou-se 10 temáticas centrais das pesquisas:

Quadro 3- Principais temáticas

TEMÁTICA	QUANTIDADE DE TRABALHOS
Atendimento Educacional Especializado	1
Currículo e educação especial	1
Educação Especial e inclusiva	1
Formação continuada	9
Formação continuada de gestores públicos de educação especial	15
Formação continuada de professores	8
Pesquisa-ação	1
Políticas para formação continuada de profissionais da educação	3
Políticas públicas de Educação Especial	4
Práticas pedagógicas inclusivas	3

Fonte: Produzido pelas autoras

Das propostas formativas nos estudos encontrados, destacam-se mudanças e efetivações na prática, perpassando a união teoria-práxis fundamentada na pesquisa-ação colaborativo-crítica da perspectiva de Carr e Kemmis (1988). Estas propostas colaborativas, concebem a pesquisa por meio da perspectiva dialética entre sujeito e objeto, bem o pesquisador e pesquisado.

Das temáticas contempladas, predomina o tema “formação continuada de gestores públicos de educação especial”, formulada a partir de movimentos de pesquisa condizentes com a necessidades dos campos elencados, em consonância aos projetos de pesquisa e extensão, propostos pelo grupo. Este processo, dá segmento a elaboração de pesquisas, preocupadas em promover a construção de “Políticas de formação continuada de profissionais da educação”.

Dentre os estudos, observa-se que:

A partir das leituras feitas em grupo, das discussões e das análises que os próprios gestores fazem sobre sua história profissional e sobre as formações que tem sido oferecidas nos sistemas de ensino, os gestores demonstram interesse numa proposta crítica como um possível caminho para a organização de ações de formação e, até mesmo, de construção de políticas públicas de formação (ALMEIDA; ALVES; ZAMBOM, 2014, p. 15).

Os movimentos dos gestores no processo de pesquisa, suas concepções sobre o que é uma formação reflexivo-crítica, suas consequências para a melhoria da qualidade educacional e a elaboração de políticas de formação inclusiva reverberam no modo como eles têm se colocado como gestores-pesquisadores. Com uma conduta de luta política, fica claro o processo de emancipação [...] (ALMEIDA et al, 2021, p. 1212).

Assim as demandas, surgem *a partir* do grupo, *com* o grupo de modo a elaborar ações voltadas *para* o grupo. Nos excertos, pode-se perceber a necessidade de envolvimento e comprometimento com a mudança política, sendo o processo de implicação crítica, necessária e resultante a ação de mudança. No caso das temáticas “formação continuada” e “formação continuada de professores”, foram apresentadas como desmembramentos das propostas de pesquisa com os gestores de educação especial. Houve ampliação quanto aos sujeitos participantes de pesquisas, caracterizados por processos formativos, preocupados com o diálogo entre a teoria-prática.

Sustentamos a ideia de grupos de estudo-reflexão [...] que podem ser implementados a partir das três funções mediadoras da relação teoria-prática a) a elaboração de teoremas críticos; b) os processos de aprendizagem do grupo; e c) a organização das ações (QUEIROZ; ALMEIDA, 2020, p. 10-11).

Segundo Carr e Kemmis, as três funções mediadoras da ciência social, podem se distinguir de acordo com suas essências, com os critérios que usamos para avaliá-las e com as condições prévias que cada uma requer para serem desempenhadas com êxito (PREDERIGO et al 2020, p. 6).

Dos estudos mapeados constata-se que esses orientam-se a partir das funções mediadoras da relação teoria e prática de Habermas (2013), articuladas enquanto momento de organização das formações propostas e processos de análise dos dados.

Na concepção do filósofo esta sistematização orienta a uma emancipação possível, tendo em vista que os discursos e os argumentos são passíveis de serem aceitos ou não pelos ouvintes, todavia, esta organização contribui para que os sujeitos se conscientizem “sobre as posições que assumem em um sistema social” (HABERMAS, 2013, p, 70).

Ao contemplar o outro no processo de conhecimento, a intersubjetividade para Habermas é essencial, de modo a ouvir e argumentar com o outro, sem coagir. Em parte dos estudos, este movimento, por meio da “escuta sensível”, procura entender os interesses e demandas, com o objetivo de “sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro” (BARBIER, 2007, p. 94), refletindo formações que de fato estejam comprometidas com a mudança e transformação social. Assim, refletem as autoras:

Acreditando ser de extrema importância a participação de cada um na construção de diálogos para a elaboração do projeto, os secretários presentes firmaram um compromisso com o projeto político. Esse momento revela a **consolidação da necessidade de que a documentação** – Proposta da Política Pública para Formação Continuada **precisa ser oficial** [...] (BENTO; CAETANO; SILVA, 2016, p. 409-410, grifos nossos).

Assim como no excerto, das pesquisas que abordam as “Políticas de formação continuada de profissionais da educação”, refletem a elaboração de políticas formativas, construídas nos diferentes municípios do estado. Como no excerto, firma-se o compromisso social, entre sujeitos da coletividade, que por meio de processos de diálogo, indicam a necessidade de garantir que o projeto elaborado, seja legitimado e firmado a partir de uma política de formação.

No caso da temática “Políticas Públicas de Educação Especial”, apresenta estudos bibliográficos com propostas de revisões sobre as políticas pertencentes ao campo, refletindo o contexto de implementação, seus efeitos e problemáticas no estado e municípios. No caso das “práticas pedagógicas inclusivas” destaca-se a produção colaborativa com diferentes profissionais, conduzidos a refletir sobre suas práticas, de modo a atender às especificidades dos estudantes público-alvo da educação especial.

Para além da pesquisa-ação outras concepções metodológicas foram identificadas, como o estudo de caso, o estudo comparado com a temática do “Atendimento educacional especializado”, e a pesquisa bibliográfica nas temáticas de “currículo e educação especial” e “Educação Especial e inclusiva”.

A “pesquisa-ação” enquanto temática, aprofundou as reflexões quanto as contribuições e fundamentos teórico-metodológicos, e o significado atribuído ao conceito de implicação no campo da pesquisa. A pesquisa pontua:

A concepção política da pesquisa-ação colaborativo-crítica exige [...] participação plena dos envolvidos. Daí ser necessária mudança entre os participantes, [...], ampliando a implicação no contexto pesquisado (SILVA, BENTO, ALMEIDA, 2019, p. 81).

De modo geral, percebe-se a pesquisa-ação muito imbricada a reflexão crítica dos sujeitos, preocupados com desenvolvimento da comunidade referenciada, potencializando propostas de ação de autoria própria. Entende-se que a participação dos diferentes profissionais enquanto pesquisadores, amplia a temática da formação ao contemplar o conhecimento com base nos contextos vividos.

Assim, os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa-ação colaborativo-crítica, possibilitam conceber a formação colaborativa, crítica e emancipatória enquanto possibilidade em movimentos formativos que se propunham ouvir e produzir conhecimentos que de fato possam transformar a realidade. Apesar de tentarmos organizar os dados em "temáticas gerais", durante a leitura pôde-se perceber que estas temáticas podem ser transpassados em uma mesma pesquisa. Nesse caso tentamos atribuir a temática geral, dadas as condições do objeto de estudo trabalhado no contexto das pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, o mapeamento evidenciou que grande parte da produção do grupo elaborada nos últimos nove anos, tiveram destaca para os trabalhos publicados em periódicos e eventos, sendo grande parte deste quantitativo, disponível na internet.

Para além dos artigos publicados em periódicos e os trabalhos completos publicados em anais de evento, outra produção frequente, não analisada neste momento, foram os capítulos de livro, conforme a Tabela 1. Nesta perspectiva, esta produção reforça o caráter ativo do grupo na variedade de produções e amplitude de divulgação sobre formação continuada na perspectiva inclusiva.

Dos movimentos evidenciados, destaca-se a importância desses estudos para Educação Especial e a Formação continuada na perspectiva inclusiva, trazendo concepções da pesquisa-ação colaborativo-crítica, ao revelar possibilidades do trabalho conjunto, a reflexão entre teoria e prática, de modo a ressignificar os papéis exercidos entre o campo da escola e a universidade. O foco na formação dos gestores

públicos da educação, enfatiza a importância desses sujeitos por serem responsáveis pelas formações em suas localidades.

Por fim, nos últimos anos, tem-se vivenciado momentos constantes de ataques à educação e as políticas públicas expresso pelo desmonte político, como no caso do Decreto 10.502 (BRASIL, 2020a). Neste sentido, é urgente pensar os grupos de pesquisa como espaço de fortalecimento da formação docente construída pela crítica, ao considerar o outro, agindo enquanto movimentos de resistência contra a ordem neoliberal que se impõe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariangela Lima de et al. A pesquisa-ação crítica no desenvolvimento de políticas de formação continuada para profissionais da educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1199-1214, 2021.

ALMEIDA, Mariangela Lima de; ALVES, Janaína Borges; ZAMBON, Gabriel Franco de Oliveira. A constituição de grupos autorreflexivos com gestores públicos de Educação Especial, São Carlos. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, p. 1-15, 2014. Disponível em: <<https://proceedings.science/cbee/cbee6/papers/a-constituicao-de-grupos-autorreflexivos-com-gestores-publicos-de-educacao-especial>> Acesso em: 14 nov. 2022.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2007.

BENTO, Maria José. Carvalho.; CAETANO, Eldimar de Souza; SILVA, Nazareth Vidal da. Educação Especial: política e formação continuada. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p. 407-411, 2016.

BRASIL. **Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. DF, 01 out. 2020a. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC - Formação Continuada). Brasília, 2020b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

CARR, Wilfred; KEMMIS, Stephen. **Teoría crítica de la enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado**. Tradução de J. A. Bravo. Barcelona: Martinez Roca, 1988.

GATTI, Bernardete Angelina. Pesquisa, educação e pós-modernidade: confrontos e dilemas. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, p. 595-608, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. Tradução Paulo A. Soethe. Revisão Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria e práxis: estudos de filosofia social**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

JESUS, Denise Meyrelles de; PANTALEÃO, Edson; ALMEIDA, Mariangela. L. de. Formação continuada de gestores públicos de educação especial: Políticas locais para a inclusão escolar. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 23, p. 1-20, 2015.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

MESSINA, Graciela. Investigación en o investigación acerca de la formación docente: un estado del arte en los noventa. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 19, p. 145-207, 1999. Disponível em: <<https://redined.educacion.gob.es/xmlui/handle/11162/24838>> Acesso em: 11 ago. 2022.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 116, p. 1106-1133, out./dez. 2017.

PLETSCH, Marcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de. Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. 2, p. 1286-1306, 2021.

PREDERIGO, Allana Ladislau et al. As funções mediadoras de Habermas: análise sobre uma formação continuada de professores. In: **VI SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL/XVII SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**, Vitória, v. 3 n. 3, p. 1-14, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/snee/article/view/34465>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

QUEIROZ, Rafael Carlos. ALMEIDA, Mariangela Lima de. As contribuições de um grupo de estudo-reflexão no processo de formação de professores. In: **VI SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL/XVII SEMINÁRIO CAPIXABA DE**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, Vitória, v. 3 n. 3, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/snee/article/view/34443>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista diálogo educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SANTOS, Ivone Rodrigues; SILVA, Régis Henrique dos Reis. Crítica às políticas de (con) formação docente em educação especial/inclusiva no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 17, n. 3, p. 906-924, 2017.

SILVA, Nazareth Vidal da; BENTO, Maria José Carvalho; ALMEIDA, Mariangela Lima de. A constituição da autoria na pesquisa-ação colaborativo-crítica. **Revista Estreia Diálogos**, n. 2, p. 78-94, 2019.

SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de; MENDES, Eniceia Gonçalves. Revisão sistemática das pesquisas colaborativas em educação especial na perspectiva da inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, p. 279-292, 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 02 mar. 2022.

ZEICHNER, Kenneth. Para além da divisão entre professor pesquisador e pesquisador acadêmico. In: GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. A. (Org). **Cartografias do trabalho docente: professor (a)-pesquisador (a)**. Campinas: Mercado das Letras, 1998.